TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 004/2021 - SMS.

CONVÊNIO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS OBJETIVANDO O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (Covid-19);

O MUNICIPÍO DE FERNANDÓPOLIS, com sede na Rua Porto Alegre, 350 - Jardim Santa Rita, nesta cidade e Estado de São Paulo, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, portador do RG nº 20.396.012-9/SSP-SP e do CPF nº 189.200.628-62, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS**, associação civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 47.844.287/0001-08, neste ato representada pelo seu Provedor Sr. MARCUS VINICIUS PAÇO CHAER, portador do RG nº 47.659.375-X e do CPF nº 408.317.808-60, doravante designada simplesmente ENTIDADE, ajustam entre si o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, autorizadas pela Lei Municipal nº 5.132, de 20 de maio de 2021:

CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto:
Constitui objeto do presente CONVÊNIO a viabilização de repasses de recursos financeiros a serem empregados nas ações hospitalares de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID19), especificamente para o custeio de 06 (seis) leitos de UTI – Covid, por até 06 (seis) meses, conforme Plano de Trabalho apresentado, observados os instrumentos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações do MUNICÍPIO:
a) Transferir os recursos financeiros até o valor consignado na Cláusula Quarta do presente CONVÊNIO, mediante repasses em conformidade com o Cronograma de Desembolso estabelecido previamente entre as partes conveniadas;

b) Dar conhecimento à ENTIDADE das normas programáticas e administrativas dos programas assistenciais e de saúde pública a nível municipal;

c) Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência do presente CONVÊNIO;

d) Examinar e Aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à ENTIDADE;

e) Assinalar o prazo para que a ENTIDADE adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes do presente CONVÊNIO, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção de parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

RECEBI
Fernand., 27 / 05 / 2021
Gabriela

f) Comunicar ao Conselho Municipal de Saúde e as irregularidades verificadas e não sanadas pela ENTIDADE quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos.

CLAUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da ENTIDADE:

a) Executar o programa objeto do presente CONVÊNIO;

b) Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais aplicáveis ou definidas pelo MUNICÍPIO e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde e ou pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços prestados pela ENTIDADE, sem discriminação de qualquer natureza;

d) Indicar e comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento (podendo-se admitir conta já existente), efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

e) Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto do presente CONVÊNIO;

f) Apresentar ao MUNICÍPIO o relatório das atividades desenvolvidas e o relatório da aplicação dos recursos financeiros recebidos, devidamente assinado pelo representante da ENTIDADE, pormenorizadamente descrito;

g) Prestar contas ao MUNICÍPIO, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até o último dia do mês posterior ao recebimento dos recursos financeiros e, se for o caso, até 30 (trinta) dias após o término da vigência do presente instrumento ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO;

h) Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados em boa ordem, sempre à disposição dos Agentes Públicos responsáveis pelo controle interno e externo, do Conselho Municipal de Saúde, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

i) Assegurar ao MUNICÍPIO, à Secretaria Municipal da Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Fernandópolis as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto do presente convênio;

j) Viabilizar o acesso da população usuária aos serviços oferecidos e ao conteúdo da proposta de trabalho;

k) Divulgar, obrigatoriamente, esta parceria em seu sítio oficial na internet e em todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuser, devendo constar, no mínimo, as informações relacionadas e especificadas no § 1º do artigo 8º da Lei Federal nº 12.527/2011, na forma estabelecida no dispositivo legal.

l) Serão de responsabilidade da ENTIDADE todos os encargos da Legislação Trabalhista e obrigações sociais decorrentes da contratação de pessoal para a execução do objeto do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor da Transferência:
O valor a ser repassado mensalmente será de **R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais)**, cujo repasse poderá se estender por até 06 (seis) meses perfazendo um total de **R$ 1.728.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil reais)**.

Parágrafo único – Fica condicionado o repasse a quantidade de meses efetivamente utilizados pelo Município de Fernandópolis, limitando-se a 06 (seis) meses

CLÁUSULA QUINTA – Da Liberação dos Recursos Financeiros:
O MUNICÍPIO efetuará o repasse do valor descrito na Cláusula Quarta à ENTIDADE em conformidade com o cronograma acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – Da Vigência:
A vigência do convênio será de seis meses, podendo ser aditivada para o seu aprimoramento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Prestação de Contas:
A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO da seguinte forma:
a) Prestação de contas parcial, mediante a apresentação mensal de relatório das atividades desenvolvidas e relatório da aplicação dos recursos financeiros recebidos no mês anterior, bem como declaração quantitativa de atendimento nesse período, assinada pelo representante legal da ENTIDADE;

b) Prestação de Contas Anual, nos moldes da Instrução n° 01/2020 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 30 (trinta) dias do encerramento da vigência do presente CONVÊNIO, dos recursos repassados com fundamento neste, acompanhada dos seguintes documentos:

b.1)Cópia dos Balanços da ENTIDADE, referente ao exercício em que recebeu os recursos;

b.2) Cópia dos extratos da conta bancária específica da ENTIDADE e cópia dos documentos fiscais de despesa do exercício anterior;

b.3) Comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária indicada pelo MUNICÍPIO;

b.4) Declaração de Utilidade Pública ou Certificado registro da ENTIDADE como "Entidade de Assistência Social" e Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b.5) Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas, identificando as custeadas com recursos próprios e as custeadas com recursos de origem pública;

b.6) Manifestação expressa do Conselho Fiscal sobre a exatidão total ou parcial da aplicação do valor recebido no exercício;

b.7) Declaração de que a ENTIDADE esteve em plena atividade no período de vigência do CONVÊNIO.

CLÁUSULA OITAVA – Do Controle e Da Fiscalização à Execução do CONVÊNIO:
O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão sob encargo de um servidor responsável designado pelo Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA NONA – Da Restituição:
A ENTIDADE compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do presente CONVÊNIO, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:
a) Inexecução do objeto do CONVÊNIO;
b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira;
c) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Rescisão e Da Denúncia:
O presente CONVÊNIO poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvadas as hipóteses de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal, em qualquer destes casos responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:
Fica eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis para dirimir quaisquer questões resultantes da execução do presente CONVÊNIO.

E, por estarem assim de comum acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fernandópolis/SP., 19 de maio de 2021.

Pelo MUNICÍPIO:

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis

Pela ENTIDADE:

- MARCUS VINICIUS PAÇO CHAER -
Provedor

TESTEMUNHAS:

José Cassadante Junior
Secretário Municipal de Gestão

Bruno Cezar Rosselli Medri
Assistente de Diretoria